



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Novas interpretações sobre o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento regional

Solange Murta Barros
PGDREDES/UFRGS

Anelise Graciele Rambo
PGDREDES/UFRGS

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O discurso das agências internacionais e governamentais de desenvolvimento promove o turismo como mais uma panacéia para recessão e o subemprego em países e regiões com problemas econômicos e sociais. Se é o turista o personagem global que dá origem e substância às atividades turísticas, o envolvimento dos residentes não pode ser deixado de lado ao discutir o turismo e seus impactos no desenvolvimento local. Esse trabalho exploratório realiza uma revisão sobre a inter-relação entre os temas de turismo e sustentabilidade com ênfase no papel da comunidade anfitriã, suas representações e territorialidades, para o fomento de iniciativas econômicas ancoradas em seus sítios de pertencimento e que tenham como objetivo retornar benefícios para a própria comunidade local. Discute aspectos distintivos entre os modelos de turismo sustentável (TS) e turismo baseado na comunidade (TBC), assim como a integração de ambos em projetos de Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC) cuja abordagem pela teoria dos sítios de pertencimento quebra a visão econômica monótona e pretende ser uma contribuição útil para refletir sobre o turismo e o desenvolvimento regional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave. desenvolvimento local; pertencimento; sustentabilidade; turismo de base comunitária; teorias do turismo.

New interpretations of tourism as a regional development strategy

Abstract. The discourse of international and governmental development agencies promotes tourism as yet another panacea for recession and underemployment in countries and regions with economic and social problems. If the tourist is the global character that gives rise and substance to tourist activities, the involvement of residents cannot be left out when discussing tourism and its impacts on local development. This exploratory work carries out a review of the interrelationship between the themes of tourism and sustainability, with emphasis on the role of the host community, its representations and territorialities, for the promotion of economic initiatives anchored in their places of belonging and that aim to return benefits for the local community itself. It discusses distinctive aspects between sustainable tourism (TS) and community-based tourism (TBC) models, as well as the integration of both in Sustainable Community-Based Tourism (TSBC) projects whose approach through the theory of places of belonging breaks the economic vision monotonous and intends to be a useful contribution to reflect on tourism and regional development on the North Coast of Rio Grande do Sul.

Keywords: local development; belonging; sustainability; community-based tourism; tourism theories.

Nuevas interpretaciones del turismo como estrategia de desarrollo regional

Resumen. El discurso de las agencias de desarrollo internacionales y gubernamentales promueve el turismo como una panacea más para la recesión y el subempleo en países y regiones con problemas económicos y sociales. Si el turista es el personaje global que da origen y sustancia a la actividad turística, la implicación de los residentes no puede quedar al margen a la hora de hablar de turismo y sus impactos en el desarrollo local. Este trabajo exploratorio realiza una revisión de la interrelación entre los temas del turismo y la sustentabilidad, con énfasis en el papel de la comunidad receptora, sus representaciones y territorialidades, para la promoción de iniciativas económicas ancladas en sus lugares de pertenencia y que buscan el retorno beneficios para la propia comunidad local. Se discuten aspectos

distintivos entre los modelos de turismo sostenible (TS) y de turismo comunitario (TBC), así como la integración de ambos en proyectos de Turismo Sostenible de Base Comunitaria (TSBC) cuyo abordaje a través de la teoría de los lugares de pertenencia rompe la visión económica. monótono y pretende ser una contribución útil para reflexionar sobre el turismo y el desarrollo regional en la Costa Norte de Rio Grande do Sul.

Palabras clave: desarrollo local; pertenencia; sustentabilidad; turismo comunitario; teorías del turismo.

1. Introdução

Estudar turismo implica em considerar as repercussões da produção do destino turístico, que transforma o lugar em produto, antes e no momento do consumo pelos turistas (BRASILEIRO, MEDINA, CORIOLANO, 2012). A antropóloga americana Valene L Smith, na clássica obra *Anfitriões e Convidados* (em inglês, *Hosts and Guests*), aborda a natureza do turismo em uma coletânea de estudos de caso que documentam os impactos globais da atividade e destaca que o aumento da frequência de pesquisas sobre o tema na antropologia, ciências sociais e ambientais, entre as décadas de 1970 e 1990, só não foi maior do que o próprio crescimento do volume turístico internacional após a Segunda Grande Guerra (SMITH, 1989).

Na primeira metade do século XX, o desenvolvimento do turismo era deixado a cargo, quase exclusivamente, da iniciativa privada: os operadores turísticos escolhiam locais aprazíveis a explorar e encontravam capital de risco para construir resorts e hotéis, algumas vezes favorecidos em seus investimentos por incentivos fiscais. Pouca importância era dada a preservação dos aspectos socioculturais e naturais que não implicassem diretamente na desvalorização de seus negócios. Atualmente, em contrapartida, cada vez mais agências governamentais promovem o turismo como uma panacéia para a recessão e o subemprego em países e regiões com problemas econômicos (BRASILEIRO, MEDINA, CORIOLANO, 2012).

Smith (1989) propôs ainda uma equação simples baseada em três elementos operacionais chave para definir o turismo. Segundo a autora, o turismo seria uma expressão de tempo disponível do turista para o lazer, somado a escolha discricionária de um local para estar, em função de restrições de renda e tempo. Nessa visão geral, identifica-se o turista como personagem que dá origem e substância ao turismo, um viajante que, temporariamente e em caráter de lazer, visita um lugar distinto do seu cotidiano com o propósito de experimentar uma mudança de cenário, atendendo a um escopo de motivações pessoais que variam de acordo com suas características de gênero, origem, classe social, interesses, dentre outras. No entanto, o turismo não precisa ser reduzido às atividades exclusivas de recreação, uma vez que é possível combinar atividades turísticas com atividades educacionais, profissionais e de negócios e, em algumas circunstâncias, o turismo torna-se parte do próprio modo de vida da comunidade anfitriã.

Desse modo, percebe-se que estudar turismo dentro da categoria de mobilidade, juntamente com outras formas de deslocamento humano, implica em percebê-lo como prática que promove zonas de contato e permite o encontro de culturas. E, ainda, como proposto por Bruner (2004), que essas zonas de contato não tem uma delimitação fixa, pelo contrário, existe um embaçamento das linhas entre áreas destinadas ao turismo e aquelas próprias da vida local, traçando limites nem sempre distintos e que, por vezes, são convergentes ou se tornam fonte de conflito. Por um lado, o mesmo indivíduo pode, dentro de um mesmo espaço-tempo, hora se identificar mais com o grupo de turistas, hora com o dos residentes, experimentando pertencimentos distintos. Por outro, o turismo é capaz de ser cooptado e ressignificado pela própria comunidade residente a ponto de fazer parte da sua paisagem habitual e, porque não, até criar novos produtos culturais que são legitimados e passam a fazer parte da cultura e da identidade local.

A chegada de contingentes de pessoas que passam a ser habitantes temporários de lugares em que não lhe são habituais, portanto, exerce influência sobre a natureza, a cultura e a própria rotina de vida da população autóctone, influência essa que não pode ser tomada como um bloco, pois

difere em intensidade e caráter de acordo com o tipo de atividade turística, as características dos turistas e residentes, e as especificidades do destino turístico, que vão da paisagem, climatologia até a organização e gestão. Esse contexto heterogêneo de interrelações reforça a ideia de que o turismo, como fenômeno social complexo, não pode ficar restrito ao monopólio explicativo de uma única linha epistemológica.

A partir dos anos 1990, o movimento de turismo endógeno ou de base comunitária, mostrou que de forma espontânea ou planejada, projetos pioneiros de turismo passaram a ter origem nos esforços das próprias comunidades anfitriãs, inclusive povos tradicionais e, no Brasil, atrelados a Unidades de Conservação Federais (BRASIL, 2018; FURLAN, 2022). Produzir reflexões sobre turismo comunitário e sustentável a partir da articulação de diferentes conceitos e abordagens aderentes à explicação do objeto, além de maior alcance e sinergia analítica, pode ajudar a construir paradigmas inovadores e colaborar com a construção de modelos teóricos que permitam a compreensão do funcionamento do turismo em diferentes sociedades e sua comparação (BANDUCCI, BARRETTO, 2003; BRASILEIRO, MEDINA, CORIOLANO, 2012).

Esse ensaio é um estudo exploratório que se propõe a refletir de forma narrativa sobre as conexões entre aspectos socioculturais do turismo, sustentabilidade e desenvolvimento regional, com ênfase no papel da comunidade anfitriã interpretado sobre a base conceitual e teórica de representações de territorialidade e pertencimento. A realidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul justifica este ensaio.

A referida região é reconhecida pelo turismo de praia – regionalmente denominado turismo de veraneio. No entanto, este fenômeno acarreta um conjunto de problemas sociais, ambientais e econômicos devido ao grande fluxo de pessoas que visita a região no verão. Os problemas sociais se referem ao impacto negativo na qualidade de vida dos moradores, que sofrem com trânsito congestionado, filas nos comércios, falta de luz e água, baixa velocidade de internet devido ao aumento na demanda destes serviços. Já os problemas ambientais dizem respeito aos impactos nos frágeis ecossistemas do Litoral, agravados pela carência nos serviços de saneamento básico. Economicamente, os impactos negativos remetem ao fato do turismo gerar renda apenas no verão, de dezembro a fevereiro, deixando parte da população vulnerável nos demais meses. Além disso, a população residente nos municípios não praianos, próximos à borda do planalto Meridional, em geral, não são beneficiados com a atividade turística.

Diante disso, este trabalho parte de uma revisão bibliográfica direcionada a temas como turismo, comunidade e sustentabilidade como palavras-chave e estrutura-se em seis seções. Além dessa primeira, a título de introdução e justificativa de relevância do tema, a segunda seção caracteriza sinteticamente o Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RS) e seu turismo. Em seguida é tratado o conceito de comunidade e aspectos sociais turismo. A quarta seção indaga a adequação ao projeto de desenvolvimento regional dos modelos de turismo de base comunitária (TBC) e de turismo sustentável (TS), discutindo a possibilidade de sua integração em uma proposta única. Uma quinta parte discute a possibilidade de integração do TBC, TS e desenvolvimento local pela noção de pertencimento e iniciativas econômicas ancoradas no local (ZAOUAL, 2006, 2009). Segue-se a essa, duas últimas seções, a sexta, curta, dedicada às considerações finais e possíveis contribuições para o campo de conhecimento no turismo, e a última, onde constam as referências bibliográficas utilizadas nesse trabalho.

2. Questões e discussões sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul e seu turismo

O Litoral Norte do RSⁱ é uma região marcada pela diversidade. É uma das aglomerações urbanas (AU) do estado desde 2004. Ao mesmo tempo, foi considerada um território rural, no âmbito do extinto Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

O Litoral Norte gaúcho, representa cerca de 2,5% do território do estado do Rio Grande do Sul e é hoje um dos espaços que apresenta maior taxa de crescimento populacional (XERXENEVSKY, FOCHEZATTO, 2015).

O território rural do Litoral RS, apresentava uma população de 345.449 habitantes em 2010, sendo 20% rural. No Brasil, a população rural equivalia a 19% e no RS, a 18%. Há municípios predominantemente rurais, tendo Dom Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, Caará, Mampituba e Maquiné, respectivamente 92%, 87%, 86%, 81% e 70% da população residindo no campo. Por outro lado, os municípios de Capão da Canoa, Imbé, Tramandaí, Xangri-lá e Balneário Pinhal, chamam a atenção pela sua população urbana, respectivamente de 99,4%, 99,9%, 97,6%, 99,5% e 97,7%.

A pirâmide etária se mostra mais alargada em direção ao topo se comparada a do RS e, sobretudo, ao Brasil. Isso denota a presença mais acentuada de uma população acima dos 54 anos (RAMBO, VIANNA, 2020). Reforçam Bitencourt e Dalto (2019) que a população do estrato acima de 60 anos aumentou 75% entre 2000 e 2010, superando a média nacional de 42% nesse período. Balneário Pinhal, Xangri-lá, Imbé, Arroio do Sal, Cidreira, Capão da Canoa e Tramandaí foram os municípios que mais atraíram idosos, uma vez que dobraram a população acima de 60 anos no referido período.

A região atrai um contingente considerável de aposentados que buscam qualidade de vida em cidades mais seguras com boa trafegabilidade, segurança e infraestrutura (RAMOS, 2016, 2014). Nos municípios rurais, os fenômenos do êxodo juvenil, da masculinização e do envelhecimento da população do campo, também influencia a configuração da pirâmide, como apontam Bitencourt e Dalto (2019).

Bitencourt e Dalto (2019) analisaram os reflexos da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) nos municípios da região. Observaram que em Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras e Terra de Areia, os valores provenientes da Previdência Social e do BPC superam as demais receitas dos municípios. Nos demais, apresenta uma participação expressiva. Ou seja, a renda dos idosos, em muitos casos, supera a receita orçamentária anual, o que significa dizer que boa parte da renda que gira nestes municípios advém da população idosa. Esta população idosa residente é uma das que mais sofre os impactos negativos do turismo de veraneio, uma vez que procura uma tranquilidade que não existe no verão.

Ramos (2016), por sua vez, chama atenção para outros fluxos migratórios na região. O Litoral Norte como um todo, apresenta a maior taxa de crescimento demográfico dentre todas as regiões do estado, como já mencionado. De acordo com os Censos de 2000 e 2010 o percentual de crescimento da região foi de 21,64% enquanto no estado foi de 4,97% (IBGE, 2011). O crescimento, decorrente de fluxos migratórios, se mostrou mais expressivo nos municípios praianos. Os municípios não praianos, mas com características urbanas, foram de atratividade menor e os não praianos rurais, mostraram-se sem atratividade, sendo que a população diminuiu em quase todos. O autor constatou também que o trabalhador de baixa renda representa o maior contingente de migrantes, principalmente atraído pela construção civil. Este movimento vem trazendo mudanças no uso e ocupação da região, desencadeando forte segregação espacial, ameaça às territorialidades, além de demandar serviços e infraestrutura.

Quanto a sua formação física, embora tenha um domínio paisagístico padrão, possui diversas áreas transicionais de domínios diferentes, como as transições entre pampa e mares de morro. Dito isso, podemos apontar outras subdivisões geomorfológicas internas que propiciam atividades típicas dos municípios que se encontram na região (AB'SÁBER, 2012), como a costa litorânea, onde estão os municípios balneáveis, a planície lagunar e a borda do planalto, ao qual pertencem os municípios com predominância na área agrícola e extrativista (STROHAECKER, 2016). Toda a região comporta ecossistemas consideravelmente frágeis e com delicado manejo. Algumas de suas áreas se encontram protegidas pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica dentre outras áreas de preservação. Há um total de oito reservas, sendo cinco de Proteção Integral e três de

Uso Sustentável (RAMBO, VIANA, 2016). A exploração excessiva das dunas móveis em prol da construção civil, loteamentos e do crescimento urbano é outro problema ambiental que demanda ser abordado.

Especificamente quanto ao turismo, nos municípios à beira-mar, verifica-se um inchaço populacional durante o verão que atinge o patamar de 140% frente a população total da região costeira durante a baixa temporada. Essa especificidade aponta a necessidade de adaptações dos municípios para receberem os veranistas, moradores temporários. Não há fontes oficiais referentes a quantificação da população flutuante do Litoral Norte. Todavia, os mesmos autores apontam esse “crescimento” a partir de dados referentes à serviços como o uso da água. Assim, é possível observar um tímido aumento populacional ainda em outubro, atingindo seu auge em janeiro. Também é observado, em datas especiais e comemorativas, um inchaço relevante. O feriado de Nossa Senhora dos Navegantes e Carnaval, levam até 715 mil pessoas para o Litoral (ZUANAZZI, BARTELLS, 2016).

Essa busca pela região em épocas de veraneio, repercutiu na criação de casas de segunda residência nos balneários, fortalecendo consideravelmente o setor de construção civil na região. Aproveitando esta característica, alguns municípios têm estimulado a expansão de condomínios fechados e de altopadrão, como por exemplo, Capão da Canoa, Tramandaí e Xangri-lá. Sobre isso, Antocheviz (2017) ressalta que uma característica marcante da expansão urbana e da segregação socioespacial pelo surgimento de enclaves formados por condomínios horizontais fechados, decorre da propaganda de um novo estilo de vida intramuros, com maior segurança e infraestrutura. Voltados para usuários de maior poder aquisitivo e localizados geralmente em áreas mais periféricas e próximas da principal via de acesso aos municípios, esses condomínios, em geral, são ocupados apenas temporariamente, durante períodos de férias. Assim, contribuem para a segregação socioespacial, impedindo a continuidade do traçado urbano ortogonal, dificultando o deslocamento de veículos e pedestres. Defende a autora que a ocupação dos vazios existentes com o avanço da expansão urbana deveria favorecer a acessibilidade e integração do espaço urbano, mantendo um bom nível de conectividade. Entretanto, a expansão de condomínios fechados culmina na fragmentação espacial e num aumento potencial dos fluxos de movimento da Estrada do Mar e da Avenida Paraguassú, que são os principais meios de conexão a esses enclaves. Tal dinâmica segrega uma parcela da população que até então residia no entorno, e, também, vem loteando, ora terras de produção agrícola, ora de ecossistemas frágeis, próprios da região, chegando a gerar, em alguns casos, microclimas dentro dos limites dos condomínios (LOPES, 2015).

Souza (2020), analisando os municípios de Capão da Canoa e Xangri-lá, observa que a criação dos condomínios horizontais fechados se dá por meio de um processo intrinsecamente dialético existente entre a sociedade e o território. Os legisladores municipais, diante da impossibilidade de impedir a criação de mais produtos imobiliários desta natureza, principalmente em áreas de fragilidade ambiental como os cômodos de areia, beiras de lagoas ou beira-mar, acabam por elaborar leis que atendam a necessidade dos agentes sociais que produzem, comercializam e adquirem esses produtos.

Segundo o Relatório Projeto de Integração Turística de Municípios: Litoral Norte nas Quatro Estações, da Secretaria do Turismo do RS (RIO GRANDE DO SUL, 2022), o Litoral Norte é a segunda região do estado com maior Produto Interno Bruto em serviços que envolvem o turismo, atrás apenas da região das Hortências, onde situam-se os municípios de Gramado e Canela, principais destinos turísticos do estado.

Outrossim, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) observa-se que o mesmo está abaixo das médias nacional e estadual. Enquanto o estado apresenta um IDH de 0,746 e o Brasil de 0,727, o Litoral RS alcança apenas 0,706 no ano de 2010. O IDH municipal (IDH-M) mais baixo corresponde ao do município de Mampituba (0,649) e o mais elevado o de Capivari do Sul (0,766).

Convém destacar ainda que o IDH nacional apresentou maior crescimento, 19%, seguido do Litoral RS, 17% e do estadual, com 12%.

Já quanto ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), verifica-se que, dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), o Litoral Norte em 2019, ocupava a segunda pior posição. O Índice correspondia a 0,722. O Corede Serra, com melhor posição alcançou 0,828. Já o Corede Hortências, acima referido sobre PIB Serviços, está na 13ª posição (0,780). O IDESE estadual é de 0,776 (RIO GRANDE DO SUL, 2022a). A vulnerabilidade expressa pela posição do Litoral no IDESE, e a considerável participação do turismo na composição do PIB serviços, instiga questionar que tipo de desenvolvimento o turismo tem gerado na região e que tipo de turismo a região demanda para seu desenvolvimento.

O reconhecimento das vulnerabilidades geradas pelo turismo de veraneio instigou o Governo do Estado junto a Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE), em 2022, a criar um projeto de fortalecimento do turismo nas quatro estações e nos 22 municípios que compõem a AMLINORTE. Devido a expansão territorial, importância histórica e o grande fluxo de pessoas nas praias gaúchas, a proposta é promover ações a fim de estender a permanência dos turistas com ações integrativas junto aos municípios. Estão sendo propostas rotas gastronômicas, turismo de aventura e ecoturismo, esportes náuticos, turismo rural, turismo de negócios/eventos, turismo religioso, rotas culturais. Nos anos recentes, foram sendo criadas rotas como Caminho dos Vales e das Águas, Caminhos da Borússia, Caminhos da Cachaça e Cascata, Reservas Mar e Falésias, Dunas e Lagoas, Caminho Gaúcho de Santiago, Rota do Mel do Litoral e Rota Triângulo das Águas. O projeto propõe valorizar e promover as iniciativas mencionadas (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Esta iniciativa é mais um argumento que demanda uma reflexão sobre qual turismo e qual desenvolvimento se pertende para a região, de maneira a não fazer crescer apenas o PIB, mas também o IDESE, tirando a região da penúltima posição no *ranking* estadual. Chamar a sociedade regional, e seus diferentes segmentos e grupos sociais é essencial nesse processo. Frente a isso, a seguir estão apresentados alguns elementos.

3. Comunidade e aspectos sociais do turismo

Os termos sociedade e comunidade são utilizados muitas vezes como sinônimos no senso comum. Para a teoria sociológica, entretanto, desde seus primórdios no século XIX, cada um desses conceitos é um processo distinto e que interagem entre si. Se Max Weber (1864 -1920) foi o pioneiro em tratar da distinção entre sociedade e comunidade como parte da sua busca em compreender a dinâmica da interação e ação social, coube a outro contemporâneo alemão, Ferdinand Tönnies (1855 - 1936), estabelecer a sistematização desses conceitos que prevalece até hoje (TÖNNIES, 1973; WEBER, 1973).

No Brasil, em termos estreitos, cabe a desambiguação do termo comunidade com o homônimo utilizado especificamente para descrição da população marginalizada que reside em favelas. Essas são aglomerados subnormais de moradias precárias e, em geral, de construção irregular e com deficiência de infraestrutura pública e sanitária, frutos da má distribuição de renda, pobreza e déficit de habitação urbana. Já em uma visão ampla, existe o tratamento do Estado Nacional ou de sua população como formas de sociedade de um País, e em que, mesmo que os elementos se relacionem de forma distante e possuam fracos laços entre si, esses se conformam ao interesse da maioria acima da própria vontade, mesmo que de forma automática. Por exemplo, a sociedade brasileira que partilha um mesmo território, está submetida as mesmas leis e compartilha valores semelhantes (culturais, educacionais, religiosos, linguagem, modo de vida, mesmo regime de divulgação de informações, arcabouço jurídico, entre outros), instituições essas que são intermediárias das relações entre os seus grupos ou indivíduos, marcam o processo de socialização e podem funcionar como mediadores de conflitos. Como meio termo, em uma

perspectiva micro sociológica, a sociedade e as comunidades não são assim tão uniformes e harmônicas. Ambas reúnem vários grupos de interesses diferentes, dentro dos quais, por sua vez, também existem facções, dissidências e conflitos internos que refletem a diversidade de experiências, pensamento, e as liberdades de expressão e escolha próprias de um sistema democrático (PERUZZO, VOLPATO, 2009).

Deste modo, enquanto a sociedade é uma integradora da diversidade em prol do bem público e equidade, é possível destacar, em contraste, a comunidade como sede de territorialidades e grupos sociais mais específicos. Em uma comunidade seus membros cultivam relações emocionais e laços bem mais fortes, dependendo uns dos outros no dia a dia e partilhando tradições, interesses, comportamentos, ideias, projetos e objetivos semelhantes. Para Tönnies (1973) é possível observar que a dinâmica de relações entre indivíduos que convivem e atuam de forma coletiva e impessoal gera dada sociedade, enquanto uma comunidade tem sentimentos em comum e estratégias de cooperação evidentes, construídas pelo parentesco, proximidade e pertencimento. A comunidade, portanto, é um agrupamento humano específico, em que relações são duráveis ao longo do tempo, e que convive com outros agrupamentos humanos diversos (famílias, vizinhanças, bairros, grupos de afinidade, étnicos, profissionais, empresas, etc.), dentro de um universo maior e com maior diversidade de indivíduos que é a sociedade em geral.

Cabe ainda uma distinção a mais entre as comunidades modernas, até mesmo de povos tradicionais, e as antigas comunidades de base agrária descritas nos primórdios da antropologia: se antes comunidades eram grupos pequenos cujas configurações e limites eram facilmente detectáveis, hoje, com o impulso dos meios de comunicação e a proximidade virtual, existem comunidades maiores e mais difusas, que sequer compartilham o mesmo espaço físico. Utilizando essa grade conceitual, um mesmo grupo pode ser lido como comunidade quando incluído em outro grupo maior, ou como sociedade, se engloba outros grupos distintos (PERUZZO, VOLPATO, 2009).

Quando relacionadas ao turismo, várias construções de comunidade podem ser estabelecidas, tanto quanto a escala, como quanto a abordagens e objetivos diversos. De forma reduzida, destacam-se quatro grandes comunidades: a comunidade acadêmica, de pesquisadores e educadores na área do turismo; a comunidade negocial, que engloba profissionais, empresários e agentes de fomento da indústria turística (inclusive entidades públicas); a comunidade de turistas, sejam eles visitantes de âmbito doméstico ou internacional, e cada comunidade receptora, que agrupadas formam a sociedade anfitriã. Nada impede, obstante, que um mesmo indivíduo pertença a mais de uma delas.

Para uma população anfitriã, o turismo se revela em duas faces: a face da indústria do turismo capaz de criar empregos e melhorar a situação econômica do local, e a face do fluxo de turistas que pode se tornar um fardo social, especialmente, à medida que esse aumenta e extrapola as capacidades do local, como ocorre no turismo de massa. Os conflitos entre anfitriões e hóspedes parecem aumentar de forma proporcional ao volume de turistas recebidos e, para o sucesso do desenvolvimento turístico local, é importante que a comunidade anfitriã decida se deve controlar de forma consciente ou mesmo restringir o afluxo turístico para preservar sua integridade cultural ou se deve encorajar o turismo como objetivo econômico desejável e reestruturar seu modo de vida para absorver os impactos decorrentes dessa escolha (CORIOLANO, SAMPAIO, 2012; DALL'AGNOL, 2012; SMITH, 1989).

4. Turismo de base comunitária ou turismo sustentável?

A importância de pensar o desenvolvimento regional ou local, inclusive relacionado ao turismo, aumentou, paradoxalmente, após a emergência da globalização econômica, uma vez que, por

mais que suas promessas enfatizem um nivelamento tecnológico e de acesso às informações e ao consumo, na prática, percebe-se com mais clareza a disparidade mundial de riquezas. Recursos, potenciais, carências e problemas são desigualmente distribuídos entre países e regiões, e a preocupação com impactos climáticos e necessidade de conservação de recursos naturais para gerações futuras, embora sejam pensamentos comuns, ainda influenciam pouco a prática e as escolhas dos consumidores e da indústria turística.

Se, na medida que o turismo se expande e o número de visitantes aumenta, também aumentam os impactos causados pelo turismo, é preciso a justiça de pontuar que o turismo e os próprios turistas não podem ser considerados como responsáveis por todo mal-estar de uma sociedade ou comunidade. Os problemas econômicos e estruturais que existem em muitos países, incluindo superpopulação, pobreza e inflação, têm pouco ou nada a ver com turismo. Da mesma forma, o turismo não é o principal elemento de mudança cultural na maioria das sociedades, onde a mudança cultural é impulsionada pela própria transição tecnológica da modernidade, em especial pelo aumento de mobilidade, seja por meios de transporte ou de comunicação das ideias.

O desenvolvimento relacionado ao turismo inclui um amplo espectro de atrativos culturais relacionados a modalidades turística diversas: das que expressam preocupação ecológica e apreciação da estética da paisagem ao lazer na fruição de recursos naturais, esportes ou gastronomia, interesse histórico ou em compras, educação ou voluntarismo, dentre várias possibilidades e combinações que não serão individualmente exploradas nesse texto. Embora Turismo de Base Comunitária (TBC) possa ser considerado um tipo de Turismo Sustentável (TS), como o são o turismo rural, o ecoturismo, o turismo responsável, o turismo para alívio da pobreza e o turismo de conservação ou regenerativo, no entanto, as definições desses modelos são múltiplas de acordo com interesses e fontes, sendo por vezes tomados como sinônimos sem mesmo identificar claramente os princípios comuns e forças sinérgicas entre eles. Cabe aqui, no entanto, explorar melhor os modelos de TS e TBC e a sua inter-relação com o desenvolvimento regional e local.

O termo sustentabilidade, frequentemente, é levado em questão apenas como estratégia de sobrevivência quanto aos recursos e a necessidade manutenção do sistema macroeconômico que sustenta o mercado e indústria turística internacional como é, ou seja, torna-se apenas um slogan de sucesso e uma “maquiagem verde”, sem, contudo, oferecer uma proposta real de mudança de seus pressupostos e metas e onde a preocupação sobre bem social e público é secundária. Desempenham papel ativo na defesa da plataforma do TS as instituições globais supragovernamentais como a Organização das Nações Unidas (ONU), outras agências internacionais e corporações comerciais da atividade turística, como operadoras aéreas, de cruzeiros e grandes redes de hotéis e resorts (TYRREL, JOHNSTON, 2012). Por sua vez, no TBC verifica-se uma indústria turística microeconômica, sustentada na prática pela participação de pequenos negócios locais. Percebe-se aqui maior influência de agências de fomento sem fins lucrativos, governo local, organizações não governamentais (ONGs) e estudiosos (URANO, 2015). Nesse sentido, é ainda possível perceber um gabarito de contrastes em que, enquanto o TS alia-se a uma iniciativa global voltada para os indicadores de desenvolvimento sustentável, notadamente eurocêntrica e voltada para certificação de esforços da indústria turística através de indicadores e mensurações positivistas, o TBC trata mais de uma abordagem loco-regional, própria de regiões rurais e de países menos desenvolvidos da Ásia, África, América Latina. Particularmente, o TBC, ainda mais do que o modelo de TS engloba uma dimensão política e reivindicatória, e leva em consideração aspectos intangíveis como a transformação social e indicadores mais qualitativas para avaliar aspectos de justiça ambiental, democracia, participação e controle local, inclusão e coesão social (DANGI, JAMAL, 2016).

Por conseguinte, empreendimentos de TBC são interpretados como estreitamente ligados ao território e à afirmação identitária na perspectiva da comunidade receptora, ao buscar a compreensão da alteridade e respeito a diversidade por parte daqueles que os visitam.

O turismo comunitário surge como contraponto ao turismo convencional, integralizando no escopo de atuação, as preocupações e demandas de movimentos sociais e ambientais, como patrimônios natural e cultural, como museus e espécies de árvores ameaçadas e patrimônio imaterial como modos de vida tradicionais (CORIOLANO, SAMPAIO, 2012, p.69).

Existem muitos conceitos incrementais de TBC, como por exemplo, o enunciado pelo Projeto Passeios Sociais Ecológicos Responsáveis (em inglês, *Responsible Ecological Social Tours Project - REST Project*) que diz que esse é um modelo de turismo que leva em conta a sustentabilidade sociocultural e ambiental, com ênfase na administração pela e propriedade da comunidade, e que salientam os benefícios para visitantes em aumentar seu grau de interação com a comunidade anfitriã para que possam aprender sobre os modos de vida locais (SUANSRI, 2003). Alguns deles ressaltam a interação com sustentabilidade, outros o envolvimento e desenvolvimento da comunidade, isto é, a participação comunitária no planejamento e gestão da indústria turística local. E ainda há aqueles que ressaltam características mais específicas como pequena escala de ação, adequação às áreas rurais e escala regional, ou mesmo o objetivo principal de criar fontes alternativas de renda que possam aliviar a pobreza e beneficiar os membros da comunidade onde o turismo se instala (DANGI, JAMAL, 2016; GOMEZ *et al*, 2015; URANO, 2015).

Voltando ao *REST Project*, a iniciativa elenca os dez princípios que permeiam, em maior ou menor grau, projetos de TBC, a saber: reconhecer, apoiar e promover a apropriação do turismo pela comunidade; envolver os membros da comunidade desde o início e em todos os aspectos; promover o orgulho comunitário; melhorar a qualidade de vida; assegurar a sustentabilidade ambiental; preservar o caráter e a cultura únicos da área local; fomentar a aprendizagem transcultural; respeitar as diferenças culturais e a dignidade humana; distribuir os benefícios de forma justa entre os membros da comunidade; contribuir com um percentual fixo da renda para projetos comunitários (SUANSRI, 2003).

Orientado pela e para a população residente em função da solução de suas prioridades econômicas, socioculturais e necessidades de bem-estar, o TBC propõe a gestão endógena, o discurso de empoderamento da população e a autonomia como intrinsecamente benéficos. Pouco se tem demonstrado de resultados em autogestão e planejamento do turismo desde o início pelas comunidades afetadas de países em desenvolvimento, sendo os relatos de caso pontuais os mais frequentes, inclusive no Brasil (BRASIL, 2018; NOVO, 2011; SANTOS, LIMA, DA SILVA, 2018; URANO, 2015). Não se pode esquecer, contudo, que apenas a adoção de uma gestão participativa não é garantia de sucesso, pois, na maioria das vezes inexistente capacitação ou demanda suficiente para que investimentos necessários e seu retorno almejado sejam alcançados.

Na literatura, tanto o TS como o TBC são habitualmente definidos em oposição ao turismo de massa. Se turismo de massa é visto como um sério risco aos ambientes naturais e às

comunidades locais, e alguns autores tratam-no como “polo oposto” ao TS e consideram que este só é viável em pequena escala. Por outro lado, alternativamente, Schussel integra ambos ao afirmar que:

(...) o conceito de turismo sustentável não pode ser entendido sem a participação de todos os atores que atuam num determinado espaço, e sem a análise criteriosa da capacidade de suporte que o meio físico dispõe para receber um contingente humano, no caso do turismo de massa. (SCHUSSEL, 2012, p. 104-5).

Há quem desconfie da possibilidade do turismo ser sustentável e critique o turismo de base comunitária por ser utópico e esporádico, com participação baixa da população interessada e, em geral, por englobar projetos de baixo retorno e curta vida útil. Blackstock (2005), ao revisar a luz de trabalho de campo o turismo de base comunitária na Austrália, conclui que essa abordagem, embora possa ser um caminho para tornar o turismo mais sustentável, peca por três falhas em relação ao desenvolvimento comunitário: tende a adotar um conceito apenas funcional de envolvimento da comunidade, tratar a comunidade anfitriã como um bloco homogêneo e negligenciar as restrições estruturais que fogem ao controle local da indústria do turismo. Outros cientistas, otimistas, defendem por sua vez que a vantagem do TBC em relação ao TS, devido a ele congrega iniciativas na qual a comunidade que está envolvida em seu planejamento e gestão, e é também a principal beneficiária de seu retorno, por meio de um modelo de desenvolvimento socialmente engajado e capaz de potencializar a conservação do ambiente, natural e cultural em que ela se insere.

Os autores Kline, McGehee e Delconte (2019), por exemplo, ao investigar qualitativamente e fazem um inventário da construção coletiva de novos capitais sociais e humanos atrelados a transformações físicas que foram fruto de projetos regionais de turismo de base comunitária no leste estadunidense concluíram que essas iniciativas, mesmo modestas, transformam a autoestima, relações de confiança, camaradagem e incrementam o empreendedorismo dentro da comunidade, promovendo um senso de propósito que vai além do foco no turismo. Para Matilainen et al (2018), o desenvolvimento do turismo baseado na comunidade pressupõe a combinação de diferentes tipos de conhecimento alcançada pela a cooperação entre grupos de atores locais distintos, o que naturalmente, não inclui apenas interesses consensuais. Seu estudo de caso analisa um projeto de turismo de base comunitária com três anos de evolução e apresenta a ferramenta conceitual de objetos limítrofes ou fronteiriços, que permite o sentimento de pertencimento, e, ao mesmo tempo, a troca de conhecimento e o trabalho comprometido e conjunto desses grupos, em prol de objetivos comuns a despeito de suas diferenças.

De forma análoga às críticas dirigidas a efetividade do TS, aquelas dirigidas a viabilidade do TBC classificam esse modelo endógeno, onde a autonomia seria por si só benéfica e profícua, de utópico e não deixam esquecer que apenas a adoção de uma gestão participativa não é garantia de sucesso, pois, na maioria das vezes inexistente capacitação ou demanda suficiente para que investimentos necessários e seu retorno almejado sejam alcançados. Não adianta impor categorias de porte ou participação comunitária para distinção entre os modelos de TS e TBC, conquanto que o respeito ao limite da capacidade de absorção das atividades turísticas para cada local pode ser um indicador mais acurado de equilíbrio do que o modelo em si. Já há, inclusive, a preocupação entre estudiosos em prol de dirimir a balburdia conceitual e entre as forças e fraquezas do TS e do turismo comunitário. Dangi e Jamal (2016), nesse sentido, propõe uma ponte entre o global e o local, por meio da abordagem integrada de ambos, num novo conceito de Turismo Sustentável Baseado na Comunidade (TSBC).

5. Refletindo sobre turismo e desenvolvimento regional: território, comunidade e pertencimento

Para efeito da discussão sobre a integração do TSBC ao desenvolvimento regional por meio da noção de pertencimento e de iniciativas econômicas ancoradas nas realidades locais ou regionais, propõe-se a perspectiva de uma comunidade anfitriã que tenha interesse em atuar para aumentar sua qualidade de vida e, simultaneamente, preocupa-se em preservar sua cultura, recursos naturais, condições de subsistência e de oportunidade para as próximas gerações. Entende-se ainda que toda modalidade de turismo é cultural e que, também, quando se fala de ambiente, de uma forma ampla, conjuga-se sempre os aspectos da natureza e cultura, e que a noção ecológica é o resultado das ações e construções do homem contemporâneo e para ser justa deve englobar tanto os aspectos de geografia física como sociais. Do ponto de vista da espécie humana, de nada adiantaria salvar o planeta e condenar a vida humana à pobreza, à fome ou à extinção. A sustentabilidade, nesse caso, não se limitaria apenas a defesa de um ambiente dividido ao meio ou à reprodução e manutenção das condições pré-existentes a ocupação antrópica do espaço; ao contrário, trataria da busca por um desenvolvimento equilibrado que traduza as necessidades e os anseios próprios da comunidade em seu contexto de especificidade territorial.

Já apontava Furtado (1981) que o desenvolvimento deveria ser inventado na própria região a partir de sua realidade ecológica e do patrimônio cultural que cimenta a identidade das regiões. O desenvolvimento perpassa caminhos de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 1981, 2004)

Multi e interdisciplinar por origem, o fenômeno turístico é ainda, da mesma forma que o desenvolvimento regional, multidimensional e hábil em ser analisado por lentes históricas, geográficas, econômicas, sociais, psicológicas, antropológicas, dentre outras. O recorte apenas da dimensão mercadológica, hegemônico e sistemista, apoiado no tripé transportes, agenciamento e meios de hospedagem já se mostrou insuficiente para prever a expansão de equipamentos e serviços turísticos, e, pior, em conhecer as demandas e comportamentos, tanto de turistas como de anfitriões (BRASILEIRO, MEDINA, CORIOLANO, 2012). Essa perspectiva econômica monótona impede o enriquecimento de análises com perspectivas que apreendem o câmbio dos modos de vida: reinvenção de tradições, emergência de novas aspirações e necessidades humanas, resultados recíprocos de experiências de contato de turistas e populações anfitriãs, negociações de espaços de convivência e de identidades (re) construídas, assim como o desvelamento de tensões e questionamentos. É um processo pleno de contradições que envolve o momento do encontro entre culturas diversas, do turista e do residente, e ainda dos pesquisadores, que ocorre no território concreto, e que é capaz de provocar “o fortalecimento da identidade e da cultura dos indivíduos e da sociedade receptora e, muitas vezes, o fortalecimento do próprio turista, que na alteridade, se redescobre.” (BANDUCCI, BARRETTO, 2003, p.19).

A abordagem geográfica elege o turismo como prática socioespacial e as distintas instâncias interativas do território como perspectiva integradora para reflexão. Nessa linha, o território é uno e múltiplo, concreto e simbólico, fundamental não como palco inerte para atividades humanas, e sim, por ser produto da construção humana no espaço. Espaço esse, que ao ganhar valor pela ação do homem, ao mesmo tempo, participa da transformação social ao oferecer abrigo, recursos, sistemas de distribuição de resultados e participar da construção de seu lastro identitário (HAESBAERT, 2014). Rodrigues (2007, p.16) contrapõe ao modelo estandardizado, do turismo de massa, o modelo alternativo de turismo de base local, que desenvolve “iniciativas baseadas em sinergias locais que redundam em projetos turísticos modestos, porém criativos e inovadores”; e mais, cria “oportunidade de envolvimento de diversos segmentos das comunidades hospedeiras, gerando benefícios (...) mais equânimes”. Por sua vez, território, patrimônio, cultura e identidade são reconhecidos como elementos articulados e constitutivos dos capitais locais que estruturam esse sistema de objetos e ações (KLINE, MCGEHEE, DELCONTE, 2019; MACHADO, 2007).

Para Pecquer (2009, p.101), o “desenvolvimento econômico está sempre situado”. Destarte, o desafio das estratégias de desenvolvimento territorial é identificar e valorizar o potencial de um

território, para que seja possível transformar seus recursos em ativos, e traçar a trajetória para definição do problema e a procura por sua solução, entre tentativas, erros e sucessos. O autor sublinha que as formas de desenvolvimento são construções de atores que agregam valor ao território, em situações tempo espaciais singulares, e não podem ser estabelecidas por decreto, embora demandem ações públicas adequadas para o seu fomento.

Outrossim, o local onde os fatos econômicos ocorrem ganham importância paradoxal em tempos de globalização e desterritorialização das atividades produtivas. A estratégia de competitividade por estratégias de diversificação de produtos, que se especializa para atender os gostos e especificações dos consumidores, preocupando-se em agregar valor e qualidades percebidas, inclusive simbólicas, assim como a aprendizagem, e compartilhamento de conhecimentos e iniciativas de coordenação e cooperação são a base do desenvolvimento endógeno. Negócios turísticos locais de menor vulto, cuja escala impede a competição com as grandes corporações que perseguem produtos e serviços cada vez mais padronizados, garantem sua sobrevivência pelo apelo à consciência social e ambiental dos consumidores e na redução de custos que permita a comercialização com lucro acima dos investimentos na produção (PECQUER, 2009). Muitos empreendimentos, todavia, encontram seu limite de crescimento na mão de obra não especializada ou inexistente.

O desenvolvimento com características endógenas, portanto, é planejado para criar condições que resolvam os problemas locais, inclusive investindo na formação e retenção de recursos humanos. O paradigma do desenvolvimento de base local a partir da nova geografia econômica combina o enraizamento dos atores no território e a coordenação de sua ação pelo mecanismo de proximidade, valendo-se do modelo de economia por aglomeração, ou seja, de que os custos de transação podem ser reduzidos através da proximidade espacial de empresas e da cadeia de fornecedores e consumidores.

A vantagem implícita para que os produtores se situem perto de seus fornecedores e clientes, devido a uma economia dos custos de transporte e aos rendimentos crescentes, mantendo-se estáveis as condições de produção, também explica por que se fixem uns perto dos outros. Defende ainda que os fomentadores do desenvolvimento (Estado e políticas públicas, empresariado, sociedade civil organizada, comunidade e agentes individuais) têm o dever de descobrir, a partir de peculiaridades próprias ao ambiente local, os elementos necessários para uma economia criativa, e que forma ativos e patrimônios relacionais, não comercializáveis, mas que agregam valor social e redistributivo a essas atividades (PECQUER, 2009).

Para Haesbaert (2014), o território pode ser considerado como meio pelo seu papel material, como recurso à subsistência e desenvolvimento, ou, um fim por ele mesmo, um abrigo simbólico, do lar que dá guarida a identidade de um povo e permite a sobrevivência do seu cosmos de imagens e representações próprias e sua reprodução cultural. O autor diferencia dois “tipos ideais” de referências para investigação do território, um mais “funcional” em que predomina seu entendimento como recurso, “o ter” ou “não ter”, e outro mais “simbólico”, em que seu valor como identidade é o principal, “o ser”, ou, na ausência do território, o “desaparecer”. Sublinha, entretanto, que esses tipos não aparecem em estado puro, separados, ao contrário, são dois polos de um continuum entre funcionalidade e simbolismo. Para ele, não existe sequer consonância entre o quantum de recursos materiais e o apego à funcionalidade do território, uma vez que mesmo “aqueles que estão mais destituídos de recursos materiais (são os que se apegam mais) as identidades territoriais” (HAESBAERT, 2014, p.61).

Esse pensamento corresponde ao de Zaoual (2006, 2008), quando ressalta que a complexidade de motivações e realizações humanas faz parte de um sistema de valores indivisível, em que o território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido como uma realidade viva e ainda, que o sítio funciona como campo invisível que estabiliza os comportamentos individuais e evita o caos na ordem social. Zaoual reage ao embate dicotômico entre economia e sociologia, individualismo e holismo metodológicos, ao propor a noção de homo

situs: que não é o homo economicus, calculista e irreal, ou um homo sociologicus, de uma indefinição coletiva que o exime da responsabilidade individual ao estar indistinto na multidão, mas que herda qualidades de ambos. Esse enfoque permite analisar o indivíduo em seu contexto, em sociedade e entrelaçado ao seu tempo e lugar, e, quando conjugado ao conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2014), possibilita reconhecer como válidas até mesmo as territorialidades efêmeras, em trânsito, ou, porque não, turísticas.

A proposta é, pois, de uma abordagem interdisciplinar que permita pensar os aspectos socioespaciais e culturais do turismo e do desenvolvimento por meio da articulação de elementos essenciais - a liberdade, as relações de poder, a significação e a identidade – não se presta, porém, apenas a idealizar uma harmonia inalcançável. Abraçar tanto a comunidade anfitriã quanto o conceito de desenvolvimento local sustentável por meio da teoria de sítio de pertencimento e do homo situs de Zaoual (1950, 2011) é retomar a tradição antropocêntrica. Sem negar a importância da natureza, agora reconhece-se que o indivíduo e seu grupo comunitário tomam decisões ao seu próprio tempo, dentro de seu contexto de realidade e territorialidade. A teoria de sítios de pertencimento desvela a importância do homem em dar sentido ao mundo e às próprias ações, de sentir-se parte de sua comunidade. Ao lançar mão do pertencimento como concepção integradora, percebe-se que os percursos individuais são entremeados de percursos e fluxos coletivos, todos estreitamente ligados à base territorial.

Zaoual (2006, 2009) defende um modelo de desenvolvimento onde a cultura e as interações humanas e o ser humano, sua cultura e a natureza são elementos diferenciadores que agregam valor às iniciativas econômicas locais. O seu homo situs aproxima a existência no local vivido e das capacidades e liberdade propostas por Amartya Sen (2010) aplicadas ao turismo. Coloca em pauta a interconexão entre a liberdade humana de buscar a satisfação material e simbólica de seu bem-estar e o direito de defender seu território e territorialidade. No entanto, não se pode perder de vista que o turismo não existe sem o turista e para conquistar sua preferência, nas palavras de Marutschka Moesch, existem escolhas claras para os empreendedores do turismo contemporâneos, inclusive comunitários:

Podemos realizar nossa escolha entre a visão tradicional do atendimento ao público o pela busca de um novo referencial para definir esse atendimento. A agregação do papel pedagógico exige a transformação do profissional educado, simpático, discreto, atencioso e de boa apresentação, em um profissional empreendedor, capacitado e agente de transformação (GASTAL, MOESCH, 2007, p. 70).

6. Considerações finais

O homem mais do que apenas situado em seu espaço e complexidades, busca por propósito ao transitar entre os espaços permeáveis e assim promove o encontro de mundos que se movem, pessoas que se envolvem, interagem, aprendem reciprocamente umas com as outras e ampliam seus espaços de pertencimento. O turismo é uma ferramenta para isso. Essa imagem transcende uma visão econômica estreita do fenômeno turístico pela aplicação dos modelos de desenvolvimento em base local e comunitária que ressaltam a necessidade de conhecer a comunidade, o que ela quer, seus limites e nível de resiliência, e o que ela está disposta a trocar pelo desenvolvimento econômico e seus impactos que refletem na sua qualidade de vida. Levar isso em consideração é fundamental para que projeto que o Governo do Estado do RS está propondo para o Litoral Norte.

As múltiplas definições e representações em torno do turismo, seja ele considerado pela lógica mercadológica hegemônica ou nas lógicas alternativas, na ausência de uma teoria própria, são consequência de sua abordagem por disciplinas, perspectivas e enfoques diferentes. Essa multiplicidade e heterogeneidade, antes de ser considerada como problema, é um estímulo para

evitar a naturalização e o engessamento dos conhecimentos estabelecidos. Direcionar esforços para delimitar a essência do turismo como manifestação cultural humana por excelência e permitir a construção da sua ciência a partir de enfoques socioespaciais pode ser considerado um duplo desafio epistemológico: tanto para auxiliar a validação de conhecimento produzido, como para delimitar melhor o campo de conhecimento aplicado (BANDUCCI, BARRETTO, 2003).

Dentre as concepções alternativas, o TSBC se posiciona como um modelo que integra o conceito de sustentabilidade para promover a regeneração e transformação socioeconômica das comunidades locais, constituindo-se de estratégias para o desenvolvimento regional dentro de um movimento de resistência e ressignificação da globalização. Sugere-se que a evolução e defesa do modelo de TSBC depende da articulação de pressões políticas, das escolhas engajadas dos consumidores e da capacitação da comunidade local para que se possa contar com seu apoio e participação efetiva. Pela leitura e análise de relatos de casos de turismo comunitário, apreende-se que a comunidade se mobiliza ao entender que benefícios econômicos da atividade turística pode se voltar as pessoas que vivem no destino ou perto dele, e que essa atividade pode ser gerida de forma a proteger, tanto o ambiente natural, quanto sua identidade cultural, gerando autonomia e empoderamento da sociedade regional ou local.

Dentro de um leque de escolhas direcionadas para a qualidade em serviços prestados aos turistas, a busca pela sobrevivência da indústria turística e a promoção do desenvolvimento regional, existe um valor central: a qualidade de vida das pessoas que colocam seu modo de vida em jogo. Considerar as demandas e favorecer a educação cidadã da comunidade local, respeitando e aprendendo com suas visões e potencialidades, é reconhecê-la como pedra fundamental em que se assenta a transformação do desenvolvimento turístico em prol de modelos socialmente responsáveis e que contribuam para promoção de ambientes melhores para se trabalhar e viver, e não apenas para se visitar.

7. Referencias

AB'SÁBER, Assis. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê Editorial, 2003.

ANTOCHEVIZ, Fabiana Bugs. Análise multiescalar da expansão urbana de cidades litorâneas. **XVII Enanpur**, Anais, São Paulo, 2017.

BANDUCCI, Álvaro Junior; BARRETTO, Margarita (org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel de; DALTO, Fabiano Abranches Silva. Envelhecimento populacional e o impacto da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada nos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral/RS, **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Taquara/RS - Edição Especial II SNDR**, pp 117-138, jan. 2019.

BLACKSTOCK, Kirsty. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 1, p. 39-49, jan. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cdj/bsi005>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Turismo de base comunitária: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: [s/n.], 2018. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2020-03/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões, MEDINA, Julio César Cabrera, CORIOLANO, Luiza Neide (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em:

- <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- BRUNER, Edgar M. The Balinese Borderzone. In: BRUNER, Edgar M. *Culture on Tour: Ethnographies of Travel*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004. Cap. 7, p. 191-210.
- CORIOLOANO, Luiza Neide, SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões, MEDINA, Julio César Cabrera, CORIOLOANO, Luiza Neide (org). *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. Anais do **VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caixas do Sul, 16 a 17 de novembro de 2012. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/06_Dall_Agnol.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.
- DANGI, Tek B.; JAMAL, Tazim. An integrated approach to sustainable community-based tourism. **Sustainability**, v. 8, n. 5, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su8050475>. Acesso em: 10 out. 2022.
- FURLAN, Sueli Angelo. Entre conquistas, resistências e conflitos. **Revista E**, SESC, São Paulo, jul. 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/turismo-de-base-comunitaria-reflexoes-sobre-o-conceito-caminhos-e-desafios>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Jornal dos Economistas**, n.179, p.3-4, jun., 2004. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/celsofurtado/pdfs/os_desafios_da_nova_geracao.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, política públicas e cidadania**. São Paulo, SP: Aleph, 2007.
- GOMEZ, Carla Regina Pasa; FALCÃO, Mariana Cavalcanti; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez; CORREIA, Suzanne Nobrega; OLIVEIRA, Verônica Macário de. Turismo de base comunitária como inovação social: congruências entre os constructos. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1213-27, 2015. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/13515/PS515_15.pdf. Acesso em: 28 jul. 2022.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: território e multi/ transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.
- KLINE, Carol; MCGEHEE, Nancy; DELCONTE, John. Built capital as a catalyst for community-based tourism. **Journal of Travel Research**, v. 58, n. 6, p. 899-915, jul. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0047287518787935>. Acesso em: 10 out. 2022.
- LOPES, Eduardo Baptista. **Os condomínios horizontais e suas relações espaciais com o entorno**: o caso de Xangri-lá/RS. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2014.
- MACHADO, Marcello de Barros Tomé. Turismo, um conceito sócio espacial. In: SEABRA, Giovanni (org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 2007. p.65-80.

MATILAINEN, Anne; SUUTARI, Timo; LAHDESMAKI, Merja; KOSKI, Pasi. Management by boundaries - insights into the role of boundary objects in a community-based tourism development project. **Tourism Management**, v. 67, p. 284-296, aug. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517718300281>. Acesso em: 10 out. 2022.

NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. 2011. **Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus (RMM): caracterização e análise crítica**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2011.

PECQUEUR, Bernard. Trad. Anne-Sophie de Pontbriand Vieira. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/508/482>. Acesso em: 28 jul. 2022.

RAMBO, Anelise Graciele; VIANNA, Gabriel. Políticas, atores, estratégias e desenvolvimento: reflexões a partir do Colegiado Territorial e do Conselho Regional de Desenvolvimento no Litoral Norte Gaúcho. In: FREITAS, Tanise Dias; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVEIRA Rogério Leandro Lima da (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 247-282..

RAMOS, Alexandre. Costa. O crescimento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: território e enfoque convencional. **Revista Gestão Premium**, v. 5, n. 1, p. 124-142, 2016.

_____. **Fatores de atração migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório**. Santa Cruz do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo. **Litoral Norte nas Quatro Estações**. Integração Turística de Municípios. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/eac41ae6-e4f2-4e03-ab06-8dadb9afcf10.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **IdeseVis**. Disponível em: <http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/idese/>. Acesso em: 22 dez. 2022a.

RODRIGUES, Adyr Balestieri. Território, patrimônio e turismo com base local: uma relação inequívoca. In: SEABRA, Giovanni (org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 2007. p.15-30.

SANTOS, Mary Nadja Lima; LIMA, Leticia Bianca Barros de Moraes; DA SILVA, Queila Pahim. Turismo baseado na comunidade e educação: práticas e possibilidades na prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 10, ed. 4, p. 834-848, out./dez. 2018. Disponível em: DOI10.18226/21789061.v10i4p834. Acesso em: 10 out. 2022.

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. Turismo, Desenvolvimento e Meio ambiente. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões, MEDINA, Julio César Cabrera, CORIOLANO, Luiza Neide (org). *Turismo, cultura e desenvolvimento*. Campina Grande: EDUEPB, 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Valene L. (ed.) **Hosts and Guests**. The Anthropology of Tourism. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

STROHAECKER, Tania. M. Trajetória do planejamento territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 27, p. 68-93, 2016.

SOUZA, Mariana Barbosa de. Condomínios horizontais fechados e a relação dialética entre norma e território: o caso do litoral norte do Rio Grande do Sul-Brasil. In: CARNIGLIA, Edgardo; EMILIOZZI, Analía (orgs.). *Territorios latinoamericanos: ciudades, ruralidades y políticas de desarrollo*, Río Cuarto: UniRío Editora, 2020.

SUANSRI, Potjana. Community based tourism handbook. Thailand: Responsible Ecological Social **Tour-REST**, 2003. Disponível em: <https://mekongtourism.org/wp-content/uploads/REST-CBT-Handbook-2003.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

TYRRELL, Timothy, JOHNSTON, Robert J. The role of turismo in sustainable communities. In: Uysal, M et. al (ed.) *Handbook of Tourism and Quality-of-Life Reserarch: Enhancing the Lives of Tourists and Residents of Hosts Communities*. International handbooks of Quality-of-Life. Springer Science +Bussines Media B.V., 2012. p. 565-582.

URANO, Debora Goes; SIQUEIRA, Felipe de Souza. Turismo comunitário: uma análise teórica para se pensar o turismo através da organização popular. **XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2015. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=12>. Acesso em: 28 jul. 2022.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.

XERXENEVSKY, Lauren Lewis; FOCHEZATTO, Adelar. Índice relativo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação da análise fatorial. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2015, p.31-55.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro - RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75. Disponível em: http://www.each.usp.br/turismo/livros/turismo_de_base_comunitaria_bartholo_sansolo_bursztyn.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro, RJ: COOPE/UFRJ, 2006.

ZUANAZZI, Pedro Tonon.; BARTELS, Mariana. Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS. Porto Alegre: FEE, 2016.

ⁱ Quando tratamos de Litoral Norte neste trabalho, abarcamos três regionalizações: a do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Litoral, definida pelo Governo do Estado, a do território rural do Litoral RS, estabelecida pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e a da Associação dos municípios do Litoral Norte (AMLINORTE). Estas diferem entre si em razão de um município.